

CHAT Plus – Comité de Diagnóstico

Índice

Autoras	2
Introdução.....	3
Parte I: Alterações nas políticas abrangentes e coordenadas, financiamento e recolha de dados na área da violência contra as mulheres e da violência doméstica	3
Artigo 7: Políticas abrangentes e coordenadas.....	3
Artigo 8: Financiamento	4
Artigo 11: Recolha de dados e pesquisa.....	5
Parte II: Informação sobre a implementação de medidas em áreas prioritárias no âmbito da prevenção, proteção e prossecução.....	5
Artigo 12: Obrigações gerais.....	5
Artigo 15: Formação de profissionais	6
Artigo 22: Serviços de apoio especializados.....	6
Parte III: Capacitação das Comunidades e Reforço da Colaboração Multisectorial	7
Sensibilização e Envolvimento Comunitário.....	7
Reforço da Colaboração.....	7
CONCLUSÃO.....	8

Autoras

Associação para o Planeamento da Família (APF): A [APF](#) tem promovido a saúde sexual, as escolhas e os direitos baseados na igualdade de género em Portugal desde 1967. A sua missão é "ajudar as pessoas a fazer escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva". A APF começou a trabalhar na área da mutilação genital feminina/corte (MGF/C) em 2000, focando-se na defesa dos direitos das mulheres e crianças, na saúde sexual e reprodutiva, e na cooperação e desenvolvimento em colaboração com o Fundo de População das Nações Unidas, outras agências da ONU, institutos de investigação e ONGs europeias de vários países. A APF é a entidade portuguesa membro da END FGM European Network. Adicionalmente, a APF é um dos membros do comité técnico de monitorização do grupo de trabalho intersectorial sobre MGF, coordenado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

Mara Alves Carvalho: Profissional de saúde com vasta experiência em questões relacionadas com a MGF/C, Mara Alves Carvalho é especialista em Medicina Geral e Familiar na USF Arco Íris, em Almada, uma das zonas com maior prevalência de casos de MGF/C na região de Lisboa.

Catarina Frade Moreira: Investigadora cujo trabalho tem como objetivo principal o fim da mutilação genital feminina/corte, casamentos infantis e casamentos precoces e forçados. As suas contribuições têm-se centrado nestas questões cruciais no âmbito do seu trabalho académico e de campo.

Alexandra Alves Luís: Co-fundadora da Mulheres sem Fronteiras, tem contribuído ativamente para várias iniciativas, incluindo o projeto de investigação “Mutilação Genital Feminina em Portugal: Prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação”. Tem desenvolvido vários projetos de prevenção e apoio a raparigas e mulheres sobreviventes de MGF/C, sobre a igualdade de género e a prevenção da violência baseada no género.

Fátima Amina Rafael: Professora de religião muçulmana e representante da Comunidade Islâmica de Palmela. Fátima Rafael tem estado ativamente envolvida em ações de sensibilização e ativismo contra a mutilação genital feminina/corte.

Kadiatou Diallo e Aicha Darame: Jovens agentes de mudança que se juntaram ao comité de diagnóstico e reflexão sobre ações para combater a MGF. São representantes do grupo de jovens envolvidas/os no projeto CHAT Plus.

Introdução

O processo de discussão para a elaboração deste relatório foi estruturado de forma a garantir a representatividade e a participação ativa de todas as pessoas envolvidas. Realizámos três reuniões presenciais, cada uma com a duração de uma hora, no Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) aos sábados, para acomodar a disponibilidade das pessoas participantes deste comité.

Para iniciar as discussões, foi apresentado o trabalho recente da APF em colaboração com a END FGM European Network. Este relatório tem como objetivo destacar a situação da Mutilação Genital Feminina/Corte em Portugal e fornecer recomendações concretas para combatê-la. Pretende ainda enquadrar a MGF/C no contexto mais amplo da violência baseada no género contra mulheres e raparigas, [com a utilização da Convenção de Istambul como ferramenta para erradicar a mutilação genital feminina](#), produzida em coordenação entre a campanha da Amnistia Internacional ENF FGM European Campaign (predecessora da END FGM EU) e o Conselho da Europa, com o objetivo de promover a prevenção, proteção, responsabilização e políticas integradas.

Durante o processo de reflexão deste documento, as discussões inicialmente centraram-se nas propostas já apresentadas. Adicionalmente, foram incorporadas e discutidas contribuições das duas jovens agentes de mudança para aprimorar as propostas. Estas jovens também propuseram que todo o grupo envolvido no projeto fosse ouvido. Na reunião final com os jovens agentes de mudança (JAM) foram solicitadas as suas perspetivas sobre ações concretas a serem implementadas para erradicar a MGF em Portugal (ver Anexo 1).

Em resumo, as primeiras e segundas partes do relatório estão estruturadas de acordo com os princípios delineados na Convenção de Istambul. A terceira parte incorpora o feedback e os contributos de todas as partes envolvidas, especialmente as contribuições das pessoas JAM, que são apresentadas como anexo a este relatório.

Parte I: Alterações nas políticas abrangentes e coordenadas, financiamento e recolha de dados na área da violência contra as mulheres e da violência doméstica

Artigo 7: Políticas abrangentes e coordenadas

De 2009 a 2017, existiram 3 Planos de Ação Nacionais (PAN) específicos sobre a Mutilação Genital Feminina/Corte (MGF/C). Todos os três programas foram sistematicamente avaliados, tanto internamente como externamente, e supervisionados pelo Grupo de Trabalho Intersectorial, composto por representantes de Ministérios e ONGs. Assim, o Secretário de Estado para a Igualdade de Género consolidou todos os PAN numa estratégia global dividida em três áreas principais: 1. Igualdade entre mulheres e homens; 2. Violência contra as mulheres

(VCM), especificamente a violência doméstica; 3. LGBTI. Relata-se que apenas o PAN sobre tráfico de seres humanos permanece como um programa separado. Neste novo enquadramento, a MGF/C foi inserida na segunda área, sobre VCM, sob a subseção “práticas nocivas”. Esta alteração implicou que o Grupo de Trabalho Intersectorial fosse dissolvido, pois o seu mandato tornou-se inválido. Uma tentativa adicional foi feita em 2019 para implementar um grupo de monitorização semelhante, mas apenas uma reunião foi organizada desde então.

O desaparecimento do Grupo de Trabalho Intersectorial – responsável por coordenar ações sobre a MGF/C entre departamentos governamentais, ONGs internacionais e nacionais e organizações lideradas por comunidades – representa um retrocesso. Observamos que isso não é suficiente para garantir uma supervisão significativa da sociedade civil sobre os programas governamentais, devido à necessidade de possuir uma ampla experiência sobre todas as questões incluídas no PAN. Isto, conseqüentemente, conduz a campanhas menos eficazes e a uma má qualidade no financiamento (ver abaixo).

- **Recomendamos que o governo português mantenha um corpo intersectorial coordenado, composto por departamentos governamentais, sociedade civil e comunidades, para implementar ações destinadas a abordar a MGF/C.**

Artigo 8: Financiamento

O governo português estabeleceu uma oportunidade de financiamento específica - *Apoio Técnico e Financeiro ao desenvolvimento de medidas, projetos ou ações de Prevenção e Combate à Mutilação Genital Feminina – “no âmbito do apoio a associações de imigrantes e Organizações Não Governamentais, no desenvolvimento de projetos destinados a capacitar mulheres em comunidades afetadas pela MGF e a prevenir e combater práticas tradicionais nefastas”*. Esta iniciativa foi lançada pela primeira vez em 2018, para projetos com duração de 12 a 18 meses, com um financiamento máximo de 10.000 €. O último concurso foi aberto em 2023, com um financiamento total de 80.000 €.

Embora esta iniciativa seja louvável, por proporcionar a organizações de base comunitária e ONGs, oportunidades de financiamento acessíveis e flexíveis, observámos algumas limitações. Especificamente, o processo de análise e seleção das entidades beneficiárias tornou-se menos rigoroso ao longo do tempo, levando ao possível uso indevido de fundos. Conseqüentemente, apenas uma pequena parte do orçamento atribuído deste fundo está, de facto, a chegar às organizações que trabalham ativamente em questões sensíveis como a MGF/C.

- **As candidaturas a este fundo devem ser avaliadas de forma mais rigorosa, com novos critérios de financiamento introduzidos. Isto ajudará a garantir que o fundo alcance efetivamente o seu principal objetivo: fornecer apoio sustentável às ONGs comunitárias e outras ONGs que trabalham para erradicar a MGF/C.**

Artigo 11: Recolha de dados e pesquisa

No que diz respeito à MGF/C, existe uma notória falta de dados sobre a prevalência de pessoas em risco de serem submetidas a esta prática. Os dados mais recentes disponíveis, intitulados “[Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação](#)”, foram apresentados em março de 2015, com base nos dados provenientes do censo realizado em 2011. Assim, estes números, com mais de 10 anos, estão desatualizados, comprometendo a sua fiabilidade e utilidade para análises atuais. Ter dados atualizados e precisos é fundamental para compreender a dimensão da MGF/C em Portugal e, em última instância, conduzir a ações mais eficazes e direcionadas, inclusivamente na adoção de planos de ação e na distribuição de financiamentos.

- **Recomendamos que o governo português realize uma nova campanha de recolha de dados, utilizando uma metodologia atualizada e melhorada, para reunir informações precisas e atuais sobre sobreviventes de MGF/C e raparigas e jovens mulheres em risco. Dados atualizados e fiáveis são cruciais para compreender a extensão da MGF/C em Portugal e para permitir ações mais direcionadas e eficazes, especialmente ao desenvolver planos de ação e financiamentos.**

Parte II: Informação sobre a implementação de medidas em áreas prioritárias no âmbito da prevenção, proteção e prossecução

Artigo 12: Obrigações gerais

O governo português lançou uma campanha nacional sobre a MGF/C, intitulada “*Cada Mutilação Genital Feminina rasga um futuro*”, em fevereiro de 2024.

Embora a intenção da campanha seja chamar atenção urgente para os impactos severos da MGF/C, esta pode ser criticada pela sua falta de sensibilidade cultural e pelo potencial de retraumatizar sobreviventes. Ao utilizar linguagem forte e gráfica, a campanha corre o risco de alienar as próprias comunidades que procura ajudar. Pode inadvertidamente reforçar sentimentos de vergonha e culpa nas sobreviventes, que podem estar a lidar com as suas próprias experiências. Além disso, tal mensagem pode estigmatizar ainda mais certas culturas, retratando-as como bárbaras, sem reconhecer os fatores socioculturais complexos, que perpetuam a MGF/C. Esta abordagem pode levar à resistência em vez de cooperação por parte das comunidades afetadas pela prática, que podem sentir-se atacadas ou incompreendidas.

Lamentamos que esta campanha não tenha sido criada e desenvolvida em colaboração com ONGs e organizações da sociedade civil (OSC) especializadas na MGF/C. Como resultado, a campanha ignora muitos aspetos críticos da MGF/C e utiliza uma linguagem e abordagem geral altamente prejudiciais e retraumatizantes para as sobreviventes, pessoas em risco e

comunidades afetadas, desfazendo anos de trabalho de sensibilização do setor da sociedade civil.

Para uma abordagem mais eficaz e compassiva, a campanha poderia centrar-se na capacitação de sobreviventes e comunidades através da educação e do apoio, destacando narrativas positivas de mudança e resiliência. Envolver líderes locais, respeitar os contextos culturais e realçar iniciativas bem-sucedidas para a erradicação da MGF/C nas comunidades afetadas, pode promover um ambiente mais inclusivo e de apoio. Esta abordagem não só respeita a dignidade das sobreviventes, como também promove mudanças sustentáveis, alicerçadas nas dinâmicas e forças culturais já existentes.

- **Instamos o governo português, em conformidade com as suas obrigações ao abrigo da Convenção de Istambul, a colaborar com ONGs e OSCs, especialmente as que se dedicam à temática da MGF/C, para desenvolver campanhas de sensibilização eficazes, relevantes e direcionadas.**

Artigo 15: Formação de profissionais

Para enfrentar a MGF/C e apoiar as pessoas afetadas, é fundamental envolver todas as pessoas profissionais que possam interagir com sobreviventes ou pessoas em risco, assegurando que estão capacitadas para oferecer apoio com uma abordagem culturalmente informada e sensível ao género. A prestação de serviços adequados às sobreviventes e pessoas em risco requer a implementação de formação contínua para profissionais, de forma a melhorar a capacidade de fornecer um apoio eficaz e apropriado, o que contribuirá para um impacto sustentável e de longo prazo na erradicação da MGF/C e das suas consequências.

Atualmente verifica-se uma grave falta de formação para profissionais e educadoras/es no setor da aplicação da lei, apesar de serem profissionais da linha da frente que frequentemente estão em contacto com pessoas afetadas. De acordo com a legislação portuguesa, é obrigatório para as pessoas profissionais denunciarem um crime às autoridades policiais e judiciais, especialmente quando a vítima é menor. No entanto, essa obrigação legal muitas vezes não é cumprida, uma vez que, entre outros motivos, as/os profissionais (especialmente educadoras/es) desconhecem esta obrigação e deixam de registar os casos.

- **Assim, encorajamos o governo português a implementar formação contínua para agentes da aplicação da lei e todas as pessoas profissionais que trabalham com sobreviventes, raparigas em risco e comunidades afetadas, garantindo que seja culturalmente informada e sensível ao género. Adicionalmente, a educação sobre MGF/C deve ser integrada nos currículos escolares sobre igualdade de género e sexualidade, juntamente com o estabelecimento de um programa nacional de formação abrangente para professoras/es e educadoras/es de infância.**

Artigo 22: Serviços de apoio especializados

Atualmente, existe uma falha significativa na prestação de cuidados de saúde especializados para mulheres e raparigas que sobreviveram à MGF/C. Este problema manifesta-se na ausência de profissionais de saúde formados/os para tratar as complicações físicas e psicológicas associadas ao procedimento, incluindo: infeções, dores crónicas, problemas durante o parto e traumas psicológicos. Além disso, a falta de unidades de saúde equipadas para oferecer intervenções de reparação cirúrgica e apoio psicossocial agrava ainda mais o impacto a longo prazo da MGF/C nas sobreviventes. Esta ausência perpetua um ciclo de negligência e exclusão, que compromete os direitos fundamentais destas mulheres à saúde e ao bem-estar.

- **O governo português deve criar serviços de saúde multidisciplinares para sobreviventes de MGF/C, particularmente nas zonas de maior prevalência (como a região de Lisboa), através do Serviço Nacional de Saúde para um acesso acessível e gratuito.**

Parte III: Capacitação das Comunidades e Reforço da Colaboração Multissectorial

Sensibilização e Envolvimento Comunitário

A sensibilização sobre a MGF tem sido insuficiente e, muitas vezes, realizada por organizações externas, sem um envolvimento ativo de membros das comunidades diretamente impactadas. A ausência de vozes locais nas campanhas de conscientização limita a eficácia das mensagens, pois estas carecem de relevância cultural e de credibilidade junto das comunidades-alvo. Membros das comunidades afetadas desempenham um papel essencial como agentes de mudança, pois possuem um entendimento mais profundo das dinâmicas culturais e sociais. No entanto, a falta de programas que os capacitem para liderar estas iniciativas resulta na perpetuação de mitos e práticas nocivas, além de comprometer a adoção de abordagens baseadas em direitos humanos.

- **As iniciativas de sensibilização e os workshops para profissionais e para a população em geral devem ser dinamizados por pessoas que falam por causa própria ou com o conhecimento culturalmente sensível.**

Reforço da Colaboração

- A interação entre os serviços sociais, o sistema de saúde e o setor educacional com as comunidades afetadas pela MGF é frágil e muitas vezes inexistente. Essa desconexão limita a capacidade de identificar casos de risco, apoiar sobreviventes e prevenir novas ocorrências. Por exemplo, profissionais de saúde e educadores frequentemente não recebem formação adequada para identificar sinais de MGF ou para abordar o tema de maneira culturalmente sensível. Da mesma forma, os serviços sociais enfrentam desafios para alcançar comunidades isoladas ou marginalizadas, deixando muitas sobreviventes sem apoio e proteção. Esta falta de integração e colaboração entre os

setores perpetua um ambiente onde a MGF pode continuar sem contestação ou intervenção adequada.

- **Formar pessoas mediadoras comunitárias disponíveis para uma intervenção culturalmente sensível entre os serviços e as comunidades afetadas. Criar parcerias com escolas e/ou centros comunitários como pontos de referência para aceder a serviços e divulgação de informação.**

CONCLUSÃO

As conclusões e recomendações apresentadas neste relatório sublinham a urgência de abordar a Mutilação Genital Feminina/Corte (MGF/C) em Portugal através de uma abordagem holística, culturalmente sensível e colaborativa.

Apesar de alguns esforços louváveis, como iniciativas de financiamento e campanhas nacionais, persistem lacunas significativas na coordenação de políticas, atribuição de recursos, recolha de dados, formação profissional e envolvimento comunitário.

Para combater eficazmente a MGF/C, é essencial restabelecer um organismo intersectorial que garanta uma colaboração sustentável entre departamentos governamentais, organizações da sociedade civil (OSCs) e comunidades afetadas. Devem ser criados mecanismos de financiamento adequados para apoiar organizações de base, que assegurem, ao mesmo tempo, uma avaliação rigorosa para maximizar o impacto. Além disso, é fundamental dispor de dados atualizados e precisos sobre a prevalência da MGF/C para orientar intervenções e medidas específicas.

Para que as iniciativas, como campanhas de sensibilização e formação profissional sejam bem-sucedidas, é necessário que estas sejam culturalmente sensíveis e inclusivas. As sobreviventes e as/os membras/os das comunidades devem ser capacitadas/os como agentes de mudança, para que seja garantido que as suas perspetivas sejam centrais no desenvolvimento e implementação das campanhas e das intervenções. Da mesma forma, é vital integrar uma formação culturalmente sensível em todos os setores, particularmente na saúde, educação e aplicação da lei, para apoiar sobreviventes e prevenir novos casos.

Em última análise, uma abordagem multidisciplinar que se centre nas experiências vividas pelas sobreviventes e priorize a colaboração entre serviços e comunidades abrirá caminho para um progresso significativo na luta contra a MGF/C. Ao adotar as recomendações delineadas neste relatório, Portugal pode reforçar o seu compromisso de erradicar a MGF/C e proteger os direitos e o bem-estar das mulheres e raparigas.

Anexo 1 – Considerações dos JAM

Educação sobre MGF/C para crianças e adolescentes;

Trabalho de cooperação entre serviços, comunidades e o governo;

Ações de sensibilização através da comunicação social que promova uma comunicação sensível à cultura das comunidades afetadas;

Acompanhamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para mulheres e raparigas das comunidades afetadas por pessoas representantes destas comunidades;

Formação de profissionais de saúde de forma positiva e culturalmente sensível;

Maior envolvimento de jovens;

Criar pontes de diálogo entre diferentes estruturas e entidades.